

TRANSFORMAÇÕES URBANAS SOB OS EFEITOS DOS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO: OS CASOS DE VITÓRIA-ES-BRASIL E DE TETE-MOÇAMBIQUE-ÁFRICA

Urban transformations under the impact of globalization processes:
the cases of Vitoria-ES-Brazil and Africa-Mozambique-Tete

Transformación urbana bajo el impacto de los procesos de globalización:
los casos de Vitória-ES-Brasil y Tete-Mozambique-África

Marta Zorzal e Silva

Doutora em Ciência Política

Departamento e Mestrado de Ciências Sociais - UFES

e-mail: mazorzal@uol.com.br

Resumo

O artigo trata das mudanças econômicas e sociais e seus efeitos na reestruturação da espacialidade urbana em virtude de investimentos externos em escala global nos espaços locais. Focaliza esses processos nas economias periféricas dos países do eixo Sul-Sul, que estão sendo impactados de formas distintas pelos processos de globalização. Toma como referente empírico dois espaços locais, aparentemente, muito distintos e distantes no tempo e no espaço – Vitória-Espírito Santo-Brasil-América do Sul e Tete-Província de Tete-Moçambique-África – mas que guardam certa similaridade em termos de processos de mudanças em escala global.

Palavras-chave: transformação urbana; mudança social; investimentos externos.



Abstract

This article deals with the economic and social changes and their effects on the restructuring of urban spatiality because of foreign investments on a global scale in local spaces. It analyzes these processes in peripheral economies of the countries of South-South axis, which are being impacted in different ways by the processes of globalization. Two urban spaces are taken as reference for the empirical analysis - Vitoria, Espírito Santo-Brazil-South America and Tete-Tete Province-Mozambique-Africa - although apparently very different and distant in time and space, they keep some similarity in terms of processes of changes on a global scale.

Keywords: urban transformation; social change; foreign investment.

Resumen

Este artículo trata de los cambios económicos y sociales y sus efectos en la reestructuración de la espacialidad urbana debido a las inversiones globales en los espacios locales. Se analizan estos procesos en las economías periféricas de los países del eje sur-sur, que están siendo afectados de diferentes maneras por los procesos de globalización. Dos espacios urbanos se toman como referencia para el análisis empírico - Vitoria-Espírito Santo-Brasil-América del Sur y Tete provincia de Tete-Mozambique-África - que aunque aparentemente muy diferentes y distantes en el tiempo y en el espacio, mantiene cierta similitud en cuanto a los procesos de cambio en una escala global.

Palabras clave: transformación urbana; el cambio social; la inversión extranjera.



Introdução

O contexto da expansão capitalista contemporânea caracterizado pela intensificação das interações transnacionais e transformações tanto nas economias centrais, como naquelas dos países periféricos localizadas no eixo Sul-Sul, é o pano de fundo sobre o qual se assenta a presente reflexão. Processo este que veio impondo ritmo e dinâmica qualitativamente distinta às relações inter e entre países, reordenado e impactando as sociedades em escala mundial, produzindo, assim, inclusões e exclusões, ao mesmo tempo em que vem agravando a magnitude das desigualdades na distribuição da riqueza mundial.

Neste âmbito, a reflexão dirige-se ao exame dos espaços ditos periféricos desse reordenamento mundial, sobretudo na dimensão Sul-Sul, cujos países são impactados de formas distintas pelos movimentos de estabilidade e crises ocorridas nos países centrais. Além disso, assume-se, seguindo Santos (2002) a premissa de que não se tratam de transformações lineares e consensuais, mas sim de processos multifacetados e contraditórios que produzem e reproduzem à escala planetária desigualdades que se materializam entre sociedades e no interior das mesmas. Desse modo, o global e o local são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização. Ademais, não existe um espaço global homogêneo, mas, apenas espaços de globalização que são articulados de modo diferenciado com as distintas condições nacionais e locais dos lugares existentes, os quais em dado momento entram em interação com os

circuitos dominantes de expansão do sistema capitalista, por possuírem atrativos naturais ou construídos¹ que interessam a valorização do capital. Como resultante, ao invés de reduzir as diversas assimetrias e desigualdades sociais, econômicas, técnico-científicas, institucionais e organizacionais, criam-se e acentuam-se os desníveis em cada uma dessas dimensões as quais se refletem na dimensão espacial-territorial.

Ao mesmo tempo, as economias avançadas, que controlam o meio técnico-científico-informacional, são reestruturadas sob os efeitos do próprio desenvolvimento desse meio e pela dominância das alternativas teóricas e políticas que estabelecem a primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente foi formulada pelo neoliberalismo (Lander, 2005, p.1). Dessa maneira, direcionam novas modalidades de conexão com os demais espaços-territoriais do planeta submetendo-os à lógica e a dinâmica desse novo paradigma econômico.

Com efeito, as sociedades contemporâneas são marcadas pelo desenvolvimento e utilização das ciências e das tecnologias, em especial pelas novas tecnologias da informação e comunicação como recurso estratégico, e pela emergência de novos tipos de riscos ambientais, de base industrial e tecnológica. Deste ângulo, o objetivo da presente reflexão centra-se nos distintos efeitos produzidos pelos mega investimentos efetuados por empresas multinacionais em espaços territoriais de países de economia periférica, nos quais expandem suas ati-

¹ Cf. Baumann (1996, p. 45). Entende-se por atributos construídos: qualificação da mão-de-obra, facilidades de comunicação, facilidades em termos de infraestrutura, estabilidade macroeconômica, etc.



vidades, impactando sobremaneira o espaço urbano da região de influência direta desses investimentos.

Considerando que tais investimentos para os países receptores constituem-se em importantes vetores de mudança, pelos impactos produzidos na dinâmica das estruturas econômicas, sociais, políticas, urbanas e ambientais, busca-se caracterizar a magnitude desses impactos e os conflitos resultantes dos descompassos entre os ritmos diferentes das mudanças que se verificam impulsionadas pelos mesmos. Mais precisamente, de que forma e sob que condições os padrões técnico-organizacionais transportados pelas multinacionais reordenam os processos de produção social do espaço socioeconômico e urbano no local em que chegam, exacerbando a demanda por espaço construído² ao mesmo tempo em que introduzem novas lógicas na dinâmica das relações sociais e econômicas instituídas. Além disso, de que modo práticas e procedimentos transportados materializam-se no espaço urbano redesenhando as pressões e conflitos em torno da demanda pelo espaço urbano construído.

A partir dessa problemática, o presente texto busca caracterizar em grandes linhas as transformações econômicas e urbanas que se processam em razão da realização de grandes investimentos efetuados por empresas multinacionais em espaços, cujas economias estão

2 Espaço construído entendido do ponto de vista dos processos de urbanização que especifica uma relação conflituosa entre sociedade e economia. Isto é, no espaço urbano a conflitualidade se verifica não só no nível do consumo, mas também na produção, à medida que consideramos a própria cidade – o espaço edificado (=espaço construído) como um ramo da produção. Cf. (Martins, 1998, p.7). Para discussão sobre espaço urbano, espaço social e suas representações, ver, entre outros: Fernandes, (1995). <Acesso em 30/12/12> de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6661.pdf>

sendo inseridas atualmente na lógica contemporânea de acumulação do capital. Isto é, busca descrever os efeitos no território urbano quando se realizam investimentos de escala global nos espaços locais. Para tanto, toma como referente empírico dois espaços locais, aparentemente, muito distintos e distantes no tempo e no espaço – Vitória-Espírito Santo-Brasil-América do Sul e Tete-Província de Tete-Moçambique-África – mas que, entretanto, guardam certa similaridade em termos de processos de mudanças, a partir das últimas décadas do século 20. À luz da análise do modo como as transformações se processaram no primeiro, busca-se indicar para o segundo desafios e problemas que já se pode vislumbrar no percurso dos processos em andamento. A experiência de Vitória-ES poderá trazer indícios do que se pode fazer e o que não se deve fazer para, preventivamente, adotar medidas de políticas públicas capazes de estabelecer melhores condições de ganhos para as populações nativas das regiões receptoras dos mega investimentos econômicos, no caso a Província e cidade de Tete. Apesar das grandes diferenças históricas e situacionais que separam Vitória-ES e Tete-Moçambique, em termos de macroprocessos históricos esses dois espaços locais possuem mais semelhanças do que a primeira vista se poderia supor.

No que segue, o paper está organizado em quatro itens incluindo essa introdução. No segundo aborda-se em grandes linhas os conceitos de desenvolvimento sócio-espacial, poder e usos do espaço; no terceiro é feita uma descrição dos macroprocessos históricos de mudanças ocorridas em Vitória-ES-Brasil e em Tete-Moçambique apontando as similaridades e os contrastes que



os caracterizam; e no item quatro conclui-se mostrando os desafios e as problemáticas urbanas enfrentadas na atualidade por Vitória-ES, assim como aquelas que já se desenham na cidade de Tete-Moçambique.

Desenvolvimento socio-espacial, poder e usos do espaço

Os processos de expansão do capitalismo na atualidade caracterizam-se pelo seu caráter global, e se especificam, por sua “capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária”. Porém, nem tudo é e funciona de modo global, pois “a maior parte da produção, do emprego e das empresas é, e continuará local e regional” (Castells, 2003, p.142). Além disso, não se trata de um processo fatalista de direção única comandado exclusivamente pelas forças hegemônicas dos países centrais, ao contrário, apesar de funcionar como “uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária” (Idem, p. 143), não se trata de uma economia planetária, porque a economia global não abarca,

... todos os processos econômicos do planeta, não abrange todos os territórios e não inclui todas as atividades das pessoas, embora afete direta ou indiretamente a vida de toda a humanidade. Embora seus efeitos alcancem todo o planeta, sua operação e estruturas reais dizem respeito só a segmentos de estruturas econômicas, países e regiões, proporções que variam conforme a posição particular de um país ou região na divisão internacional do trabalho (Castells, 2003, p. 173).

Por outro lado, a reflexão de Milton Santos (1997), sobre os processos de globalização chama atenção para o fato de que “hoje todos os lugares, sem importar onde se localizem, podem ser incorporados a qualquer momento”, o que nos “conduz a refletir sobre a relevância do espaço para garantir (ou não) a eficácia de um lugar e, por conseguinte, sua competitividade em relação a outros lugares” (Santos, 1997, p. 272), o que significa, na perspectiva de Santos, numa visão pro ativa dos atores locais/regionais. Nesse sentido, ele enfatiza a importância da mobilização e organização dos atores locais/regionais – das regiões periféricas, do fazer e do ser dos espaços sociais ditos periféricos – formando coletividades e buscando interações com as demais escalas de poder e gestão.

Dessa perspectiva é possível pensar numa interação pro ativa dos atores locais/regionais, capaz de buscar e criar mecanismos, estratégias de ação e políticas de desenvolvimento socio-espacial que, não vise apenas o objetivo de incluir o local na dinâmica global, pela corrida excludente na busca pela apropriação do meio técnico-científico-informacional, produzido nas economias avançadas, mas sim reduzir sua situação de perifericidade atendendo as demandas dos atores sociais locais/regionais via *processos de desenvolvimento*³ entendido como uma *mudança social positiva* (Souza, 2010, p. 60 e sg.).

³ Sobre as concepções de desenvolvimento e suas conexões com as teorias da modernidade e as críticas ao economicismo, etnocentrismo e conservadorismo, ver, entre outros, Souza, 1996, 2010; Santos, 2002.



Mais precisamente, sigo aqui o entendimento de Souza (2010) de que o conteúdo dessa mudança social positiva deve ser compreendida não como sendo “definida a priori, à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas”. Neste sentido, o autor enfatiza que “... um ‘desenvolvimento’ que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal” (idem, p. 61). Desse modo, Marcelo Souza busca superar as concepções de desenvolvimento calcada no padrão técnico-econômico-informacional, predominante na literatura sobre o tema, desde o pós Segunda Guerra, elaborando, para tanto uma concepção nos seguintes termos:

... se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais mas, igualmente, a espacialidade. A importância do espaço (que é palco, fonte de recursos, recurso em si [localizações], arena, referencial simbólico/identitário e condicionador; que é substrato material, lugar [enquanto um espaço vivido e dotado de significado, uma realidade intersubjetivamente construída com base na experiência concreta de indivíduos e grupos] e território [espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder]), na sua multidimensionalidade, tem sido comumente negligenciada pela literatura standard sobre a teoria do desenvolvimento (Souza, 2010, p.61-62, grifos no original).

Em relação a melhoria da qualidade de vida, explicita que ela “corresponde à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população” (Idem, p.62). No que tange ao aumento da justiça social, reconhece o caráter complexo do tema e a multiplicidade de possibilidades de entendimento da idéia de justiça social, as quais podem ser complementares e as vezes conflitantes entre si. Busca respostas no princípio de defesa da autonomia individual e coletiva, conciliando dessa forma, o respeito à alteridade com a exigência de igualdade. Desse ângulo destaca que “... o objetivo de aumento da justiça social calibra e contextualiza o objetivo de melhoria de qualidade de vida” (Souza, 2010, p. 64)

Além dessas dimensões do desenvolvimento é importante sublinhar a multidimensionalidade do poder e gestão do território na sua conexão com o espaço construído. Desse ângulo, a multidimensionalidade do poder é entendida no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, (re)estruturam o território por meio do exercício do poder via ações, políticas/programas estratégicos de investimentos e gestão territorial. A gestão de ações/programas que contém caráter (re)estruturante e/ou com capacidade de produzir mudanças significativas nos usos do espaço construído, imprime, assim, novos usos ao território (Becker, 1983, 1985; Raffestin, 1993 *apud* Rückert, Mungói, Rambo, 2009, p.15). Ou por outras palavras, a multidimensionalidade do poder implica na prática espacial, a ação estratégica de todos os atores sociais em todos os níveis. Isto é,



no território, materializam-se processos em curso em todas as escalas – local, regional, nacional e internacional – configurando suas lógicas, ao mesmo tempo em que atores, em diferentes escalas, atuam com distintos poderes e recursos. A resultante expressa à configuração sócio-espacial construída ao longo do tempo. Nesse processo convivem ações do Estado-Nação, nas suas diversas instâncias de poder – nacional e subnacional – que coordena a implementação de macroprogramas de desenvolvimento, com delegação de poderes e/ou “convivência” – muitas vezes conflitiva – em “alianças” politicamente questionáveis com capitais privados e iniciativas da sociedade civil (Rückert, Mungói, Rambo, 2009, p. 16).

Macroprocessos de Mudanças: Vitória-ES e Tete-Moçambique

Vitória-ES: contexto sócio-espacial e econômico

A cidade de Vitória ocupa lugar de destaque entre as demais do estado do Espírito Santo (ES)⁴. Em primeiro lugar, porque é a capital; em segundo, porque a economia capixaba vem crescendo desde os anos de 1970, a taxas superiores à da economia nacional, cujos reflexos sociais e econômicos se fazem sentir intensamente sobre a territorialidade de Vitória e municípios adjacentes.

Em termos físicos territoriais, Vitória é uma das três ilhas-capitais do Brasil. Seu território é constituído por 34 ilhas e uma região continental com uma área total de 104,3 km², onde vivem 327.201 habitantes

⁴ Doravante será utilizada a sigla ES para designar a subunidade nacional do território brasileiro demarcada pelo estado do Espírito Santo

(IBGE. Censo: 2010). Junto com seis outros municípios, Vitória compõe a Região Metropolitana de Vitória (RMV), espaço onde se localiza a principal zona industrial do ES e o sistema portuário constituído por seis portos. O espaço territorial do estado do Espírito Santo, por sua vez, integra junto com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo a região sudeste do território brasileiro. Possui uma área de 46.077 Km² compreendida por 78 municípios e uma população de 3.514.952 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 73,3 hab/Km² (IBGE. Censo: 2010).

Embora esteja localizado na região sudeste, considerada palco do desenvolvimento industrial brasileiro, o ES não foi tributário do mesmo processo de desenvolvimento econômico ocorrido nos demais estados da região. Desse modo, apesar dos quase quinhentos anos de história, desde o desbravamento e colonização pelos conquistadores portugueses, o ES, se manteve quase sempre a margem do panorama econômico nacional, só vindo a se colocar com maior destaque muito recentemente, a partir da sua inserção tardia no processo de industrialização e da acelerada modernização dos fatores de produção, ocorridos no Brasil a partir dos anos de 1970.

Sem aprofundar muito, é importante frisar que o ES só seria inserido como espaço social e econômico partícipe dos demais fluxos da economia brasileira a partir de meados do século XIX, via ciclo da economia cafeeira⁵. No entanto, a partir de meados da década de

⁵ Para análise da trajetória de desenvolvimento econômico do ES ver, entre outros: fonte do autor (1995, 2004, 2010). Rocha e Morandi, (1991); Pereira, (1998)



1960, a trajetória econômica estadual constituída predominantemente por relações familiares de produção sofreria mudanças substanciais. Pois, o ES seria inserido nos novos circuitos de expansão e de acumulação do capital, via modelo industrial exportador como principal vetor desse processo. Tal reorientação teve influência decisiva na configuração da concentração urbana e industrial em torno de sua capital: a cidade de Vitória. A lógica da dinâmica econômica estadual deixou de estar circunscrita apenas aos impulsos locais / regionais, para ser, sobretudo impulsionada pelos circuitos internacionalizados da economia mundial.

O principal elemento condutor e articulador dessas mudanças foram iniciativas da então estatal, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que, concomitantemente nos anos de 1960, numa conjuntura de reordenamento do mercado ferrífero mundial e de desenvolvimento de novas tecnologias de produção do aço, veio executando uma arrojada estratégia de investimentos em logística de transportes (ferrovias e sistemas portuários), siderurgia e reflorestamento com eucalipto na região do Vale do Rio Doce, visando ganhar competitividade no mercado mundial de minério de ferro. Fato este que acabou por sobrepor-se e modelar de forma definitiva os rumos do desenvolvimento econômico do ES, reconfigurando sua matriz sócio-espacial (fonte do autor, 2004).

A figura 01 mostra o espaço territorial de influência direta dos referidos investimentos os quais se localizam no entorno da ferrovia Vitória-Minas, pertencente a Vale S/A. Tal processo configurou o complexo paraquív-

mico, siderúrgico e portuário, assim como o sistema de logística mina-ferrovia-porto como âncora articuladora e geradora de atratividade e rentabilidade para os investimentos realizados.

Em menos de 20 anos toda uma arrojada infraestrutura de logística de transportes e de indústrias - siderúrgicas e de celulose - foi construída no ES. O referido complexo portuário é considerado o maior da América Latina e o mais eficiente do país. Agrupa seis portos por onde circulam, aproximadamente, 25% das mercadorias que entram e saem do Brasil e 12% da receita cambial nacional. São portos especializados, equipados para o manejo dos mais diversos tipos de cargas, com modernas instalações e facilidade de acesso à infraestrutura rodoferroviária, o que o torna bastante competitivo ao nível nacional.

Por outro lado, neste espaço um novo ciclo de grandes investimentos vem se realizando, em virtude da descoberta e exploração de petróleo na costa do ES, o qual ao lado dos desdobramentos daqueles realizados, nos anos 70 e 80, tendo a Vale como principal articuladora, conduz o Espírito Santo a vivenciar um terceiro ciclo de crescimento econômico, em moldes idênticos ao anterior, o que impõe novas e intensas mudanças sociais, econômicas e urbanas. A magnitude desse novo ciclo pode ser visualizada pelo volume de investimentos anunciados. Estudos datados de 2009 indicavam que R\$ 63,1 bilhões em investimentos estavam previstos para o período 2008-2013 (IJSN, 2009, p.12).



Zonas de Influência da Ferrovia Vitória - Minas

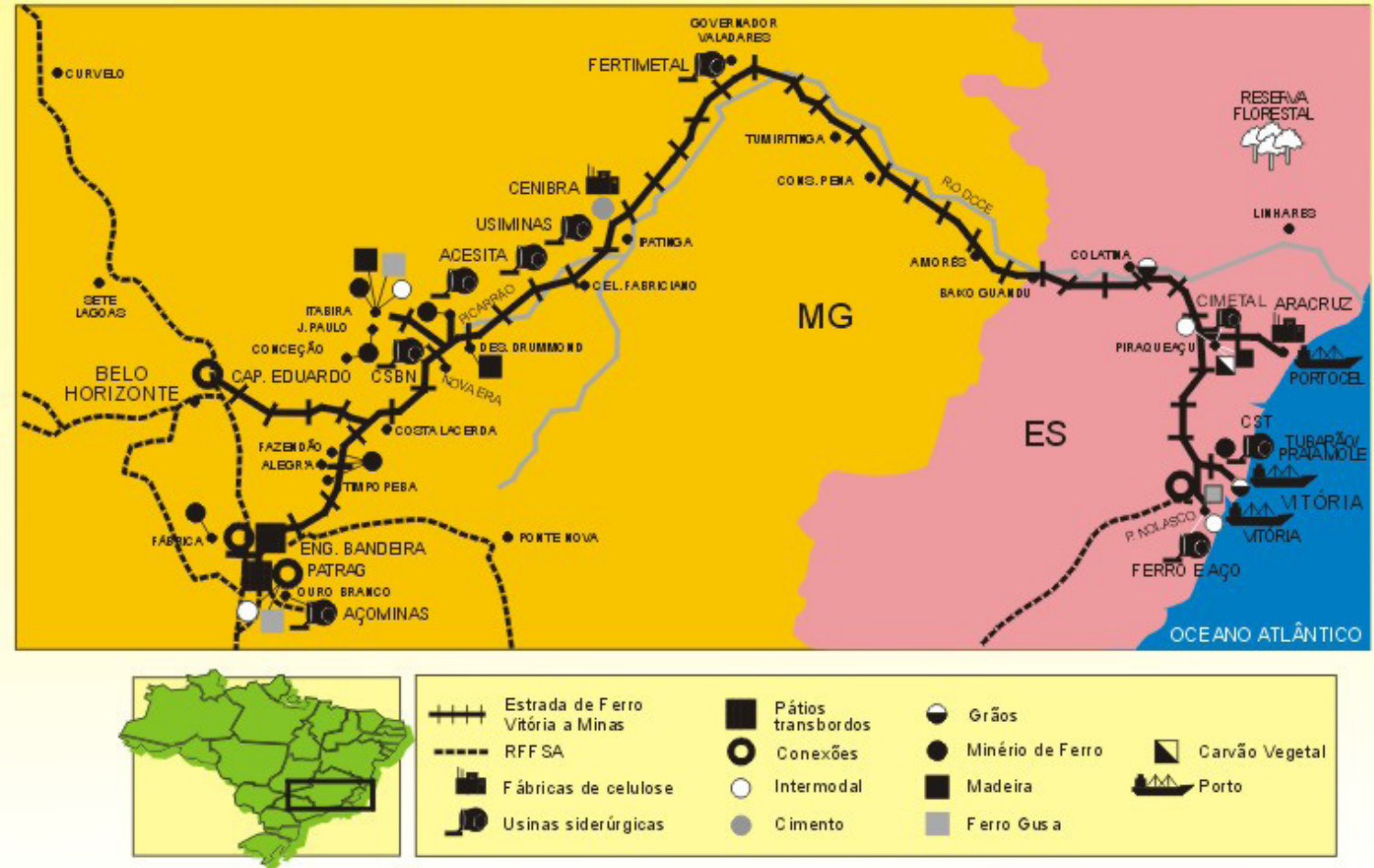


Figura: 01 – Zona de Influência da Ferrovia Vitória-Minas e Sistema Portuário da CVRD



A trajetória dos macroprocessos até aqui delineada evidencia a ação do Estado brasileiro no direcionamento das políticas de desenvolvimento econômico e de grandes atores corporativos articulados e/ou atraídos pela Cia. Vale do Rio Doce para investir nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. No entanto, a outra face mostra os múltiplos e complexos processos tecidos, tanto nos conflitos e tensões com os menos favorecidos, como também nos ganhos daqueles segmentos incluídos à margem dos ditos investimentos. A configuração sócio-espacial cristalizada ao longo dessa relação revela como os mais distintos atores locais / regionais, precedentes ou migrantes lidaram com as situações de escassez e valorização urbana na RMV. A expressão desse processo se reflete nos traços da paisagem construída, a qual contém em seus espaços mais fragilizados a outra face menos pujante e reveladora das contradições e desigualdades geradas, assim como os efeitos causados no meio ambiente.

Para uma melhor compreensão da dinâmica desses movimentos de mudanças e de seus efeitos para grande parte da população do ES é importante lembrar que até os anos de 1970, o estado era demograficamente e economicamente insignificante no contexto da região sudeste e, por conseguinte, na economia brasileira. A análise do antropólogo holandês Geert Banck, realizada sobre Vitória e a cultura política local, no limiar dos anos de 1970, mais do que qualquer dado econômico é reveladora da conjuntura social e política vivenciada pelos habitantes do ES, naquele período.

Quase não há indústrias em Vitória, embora a situação esteja mudando. Só oito empresas têm mais que 100 empregados (uma fábrica de aço, uma de doces e outras de têxteis). O resto está, ou ligado com a agricultura e a pecuária (abatedouros, máquinas de beneficiamento do café e alimentação, incluindo até as padarias), ou produzem artigos simples para uso doméstico. A maior parte do emprego é no setor terciário: construção civil, porto e estrada de ferro, serviço bancário, firmas de exportação e importação, administração pública e ensino. Na vida econômica da cidade a posição da Companhia Vale do Rio Doce é preponderante. A estatal exporta minério de Minas Gerais via um porto ultramoderno: o Porto de Tubarão e ela própria é um Estado dentro do Estado. Ela pouco se importa com a legislação local e não paga os impostos estaduais e municipais. A Companhia tem uma estrada de ferro própria, um hospital próprio e assim em diante. Os operários com salários menores na Companhia ganham até duas vezes mais do que os outros trabalhadores na cidade. E nas casas comerciais dão descontos especiais para os seus empregados. Um emprego na Companhia é um bem muito cobiçado, até para a classe média como indica a expressão: As filhas professoras, os filhos engenheiro na Companhia. (BANCK, 1977, p. 47)

É neste contexto que a maior parte dos grandes empreendimentos mencionados foi realizada na região de influência imediata da cidade de Vitória, determinando de modo particular o crescimento e a concentração das atividades produtivas sobre esta microrregião, o que ensejou um rápido e desordenado processo de urbanização envolvendo as cidades vizinhas à capital, configurando a Região Metropolitana de Vitória. Se por um lado o notável processo de crescimento econômico propiciado pelos mega investimentos realizados elevou o Espírito Santo a uma posição de destaque no cenário



brasileiro, evidenciando o seu papel estratégico para a economia nacional, por outro lado, não se pode deixar de considerar os efeitos negativos deste mesmo processo, quando se verifica a ocorrência de enormes desigualdades em termos da apropriação das riquezas geradas e o usufruto das novas oportunidades dos bens e serviços que foram criados. Também, não se pode deixar de levar em conta que o intenso processo de concentração urbana local, resultante da transformação radical das bases econômicas, provocou o esgarçamento de valores e manifestações da cultura local e, principalmente, o surgimento de enormes bolsões de pobreza nas periferias das cidades vizinhas, agravando sobremaneira a qualidade de vida das populações ali residentes, no que se refere às condições de habitação, saúde, educação, transportes urbanos, lazer, etc. A resultante mais perversa desse outro lado do processo é sem dúvida o crescimento da violência e a criminalidade urbana.

No que tange a este último aspecto, vale sublinhar que, apesar de uma série de medidas de políticas de segurança pública realizadas pelos governos federal, estadual e municipal, durante a primeira década do século 21, a Região Metropolitana de Vitória, em 2010, ainda ostentava a incomoda posição de 3º lugar no ranking nacional, com uma taxa de 68,6% em 100 mil habitantes. Na verdade, os índices de violência e criminalidade da RMV permaneceram crescentes durante as últimas décadas do século 20, atingindo o patamar de 95,9% em 100 mil habitantes, em 1998, momento em que ocupou a posição de primeiro lugar no ranking nacional (WAISELFISZ, 2011, Tabela 3.3.2, p. 41; Idem,

2012, Tabela 2.1.13, p. 34).

A expressão da rápida concentração urbana na região metropolitana de Vitória pode ser visualizada pelos indicadores populacionais. Se em 1970 o estado do ES tinha um contingente populacional da ordem de 1.599.324 habitantes, dos quais 418.273 estavam nos municípios da RMV, o que significava 26% do total, em 2010, a população total subiu para 3.514.952 habitantes, sendo que destes 1.687.704 de habitantes estão na RMV, o que representa 48% do total. Ou seja, quase a metade da população do estado está residindo na RMV. A Tabela 1 evidencia o crescimento populacional dos municípios e o total da população da RMV em relação ao estado do Espírito Santo, entre 1970 e 2010. Salta aos olhos a magnitude do crescimento populacional nos municípios mais próximos da cidade de Vitória: Cariacica, Vila Velha e Serra. Sobretudo, o município da Serra local dos grandes terminais ferroviários e portuários da Vale S/A, sofreu um crescimento exponencial da ordem de 2.368%, entre 1970 e 2010.

Vale destacar, ainda, que as referidas transformações ocorreram no contexto das mudanças visando inserir o Brasil no âmbito das economias industrializadas, via substituição de importações, conduzido pelo regime militar que vigorou no País entre 1964 e 1979. Desse modo, o crescimento populacional, evidenciado na Tabela 01, se concretizou por meio de intensos processos migratórios no contexto mais geral do processo de desenvolvimento econômico, excludente e elitista, em curso naquele período, em todo o País, produzindo intensas desigualdades sociais, as quais se expressaram



Tabela 1: População por Municípios da RMV e Percentual no Total do ES
Anos: 1970, 2000 e 2010

Municípios	1970	%	2000	%	2010	%
Fundão	8.170	1%	13.009	0,4%	17.025	0,5%
Guarapari	24.105	2%	88.400	2,9%	105.286	3,0%
Viana	10.529	1%	53.452	1,7%	65.001	1,8%
Cariacica	101.422	6%	324.285	10,5%	348.738	9,9%
Serra	17.286	1%	321.181	10,4%	409.267	11,6%
Vila Velha	123.742	8%	345.965	11,2%	414.586	11,8%
Vitória	133.019	8%	292.304	9,4%	327.801	9,3%
Total RMGV	418.273	26%	1.438.596	46,4%	1.689.714	48,1%
Espírito Santo	1.599.324	100%	3.097.232	100%	3.514.952	100%

Fonte: IBGE: Censos Demográficos. % calculados pela autora



de diferentes formas na sociedade brasileira. De modo geral foi acompanhado pelo empobrecimento de grande parte da população e concomitante ocupação desordenada e desigual dos espaços urbanos. Embora o poder público tivesse investido no sentido de ofertar moradias e infraestrutura urbana, por meio da implantação de conjuntos habitacionais, financiados pelo Banco Nacional de Habitações (BNH), estes ficaram muito aquém da demanda por novas unidades habitacionais, infraestruturas de saneamento básico, iluminação pública, além de outros serviços públicos, como educação, saúde e transportes urbanos, criada a partir de então. Além disso, esses conjuntos destinaram-se às classes que detinham renda suficiente para arcar com as prestações do financiamento. Isto é, a prestação não poderia comprometer mais do que 30% da renda comprovada. O que significa dizer que todos aqueles que não estivessem no mercado formal de trabalho e/ou tivessem renda aquém do montante necessário para assumir o valor do financiamento, não poderia buscar essa alternativa, ou seja, grande parte da população, especialmente os migrantes com baixo nível de instrução e qualificação profissional não tiveram acesso a essas moradias.

No caso da região Metropolitana de Vitória, o volume das mudanças efetuadas exacerbou os efeitos dos impactos na dimensão sócio-espacial de Vitória e municípios de seu entorno. Até os anos cinquenta do século 20, a RMV guardou paralelismo com o crescimento demográfico do estado do Espírito Santo. Porém, os grandes investimentos industriais e em logística de transportes de longa distância (portos e ferrovias) efe-

tuados a partir de então, reorientaram o crescimento econômico e a diferenciação sócio espacial das populações residentes no ES. O poder polarizador e de atração de migrantes redefiniu o padrão histórico de expansão da malha urbana de Vitória. A concentração urbana e a polarização da região da Grande Vitória na economia estadual ganharam novos contornos.

Tal processo aliado à precariedade das condições de renda de grande parte da população conduziu a uma ampla e desordenada formação de assentamentos precários. Ou seja, no contexto marcado pela face excludente e segregacionista do modelo de desenvolvimento econômico, coube à população de menor renda encontrar formas mais acessíveis de moradia, como as invasões e os loteamentos clandestinos e irregulares, uma vez que o poder público e o mercado imobiliário não ofertavam habitação para esta faixa de renda. Desse modo, o migrante, com baixo poder aquisitivo, passou a ocupar as áreas periféricas e não urbanizadas, próximas aos alagados e nos morros, enquanto a capital sofria grande especulação imobiliária, que fazia com que os preços dos lotes subissem e fossem acessíveis apenas a uma camada privilegiada da população (Campos JR, 2002). A própria situação geográfica de Vitória fez com que não existissem muitos lotes que pudessem comportar o fluxo populacional que vinha ocorrendo. Assim, esse déficit de terrenos para construção pressionou o mercado imobiliário, fazendo com que o solo urbano se valorizasse muito, inclusive com o surgimento de edifícios de apartamentos para as classes médias e altas, enquanto a população mais pobre passou a ocupar man-



gues e aterros, estes muitas vezes feitos pelo próprio governo (Doimo, 1989), e as periferias dos municípios adjacentes.

O contraponto das transformações econômicas ocorridas na esteira dos mega investimentos realizados pela Cia. Vale do Rio Doce e demais empresas que foram atraídas pela própria CVRD, seria a explosão demográfica aliada à precariedade das condições de renda de grande parte da população, que conduziria a uma ampla e desordenada formação de assentamentos subnormais, notadamente nos municípios adjacentes à capital. Sobre este aspecto, Doimo destaca que:

Na falta extrema de acesso à habitação, os movimentos de invasão surgiram como resposta possível e viável. Houve nada mais nada menos do que 20 invasões, sempre acompanhadas de um lado pela violência policial, e de outro, pela defesa dos setores de oposição principalmente a Comissão de Justiça e Paz que, através do seu departamento jurídico, conseguiu a garantia de posse para algumas delas (Doimo, 1984, p. 51).

As carências em relação à infraestrutura e serviços eram de tal ordem que, nos anos 80, no contexto da redemocratização da sociedade brasileira, os moradores desses espaços segregados, apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base, pela Igreja Católica, Sindicatos e ONG's uniram-se em associações e centros comunitários formando amplos movimentos sociais para reivindicarem melhorias junto ao poder público municipal e estadual, especialmente no que se refere água, esgoto, iluminação, escadarias, escolas, postos de saúde, transportes urbano, etc. (DOIMO, 1984, 1994, 1995; DOI-

MO; BANCK, 1989; HERKENHOFF, 1995).

No contexto do regime militar, os conflitos e disputas por espaço urbano construído se fizeram na maioria das vezes a favor das demandas por infraestrutura do capital e das classes mais favorecidas que ocuparam as regiões nobres da ilha de Vitória, enquanto a maior parte das classes populares haveria de contentar-se com as regiões menos nobres e sem infraestrutura urbana tanto na capital como nos municípios adjacentes. Posteriormente, a partir dos anos 90, com a vigência da nova Constituição de 1988, o poder local dos municípios foi restabelecido. Com isso, os diferentes municípios da RMV, com capacidades financeiras, técnicas e políticas muito assimétricas, se veem diante de grandes desafios urbanos acumulados, em especial, aqueles resultantes da segregação sócio-espacial configurado nos diversos bolsões de pobreza constituídos. As figuras, a seguir, ilustram os contrastes expressos na dinâmica sócio-espacial da cidade de Vitória.





Figura 02 - Vitória – Vista a partir do Morro do Tabuazeiro

No primeiro plano, bairro de classe média baixa na encosta e base do morro. Na linha intermediária ao fundo bairro de classe média e média alta (Praia do Canto e Jardim da Penha), ao fundo no horizonte Porto do Tubarão e o complexo portuário e siderúrgico da Cia. Vale do Rio Doce e Acelor Mittal.



Figura 03 – Vitória – Mangue Seco /Contorno norte da ilha - Invasões em área de mangues



Figura 04 – Vitória – Bairro São Pedro, contorno oeste, foto de setembro/1990





Figura 05 – Vitória e Vila Velha – Vista aérea da Baía e Canal do Porto de Vitória

À esquerda está parte da cidade de Vitória e à direita parte da de Vila Velha. Ligando os dois municípios estão às três principais pontes. Em primeiro plano, a menor construída na década de 1920 e a maior construída, na década de 1970, no âmbito dos grandes investimentos, ambas na região do centro histórico de Vitória; e no



Figura: 06 – Vitória e Vila Velha. Vista da saída do Canal da Baía, Praia do Canto, Ilhas Boi / Frade

horizonte, ao fundo, a terceira construída no final dos anos de 1980, ligando os bairros mais abastados dos dois municípios os quais expandiram e foram supervalorizados no bojo das transformações urbanas descritas. Em primeiro plano, parte da praia do Canto e das Ilhas do Frade e do Boi, em segundo a terceira ponte ligando estes bairros à Praia da Costa, Itapuã e Itaparica, em Vila Velha no horizonte ao fundo. Esse último espaço vem sendo urbanizado de forma acelerada, nos últimos anos, sobre os impulsos do terceiro ciclo de crescimento econômico em curso no ES. Ambos são dotados de modernas infraestruturas e serviços urbanos, assim como por edifícios e mansões que atendem as frações populacionais de médio e alto poder aquisitivo.



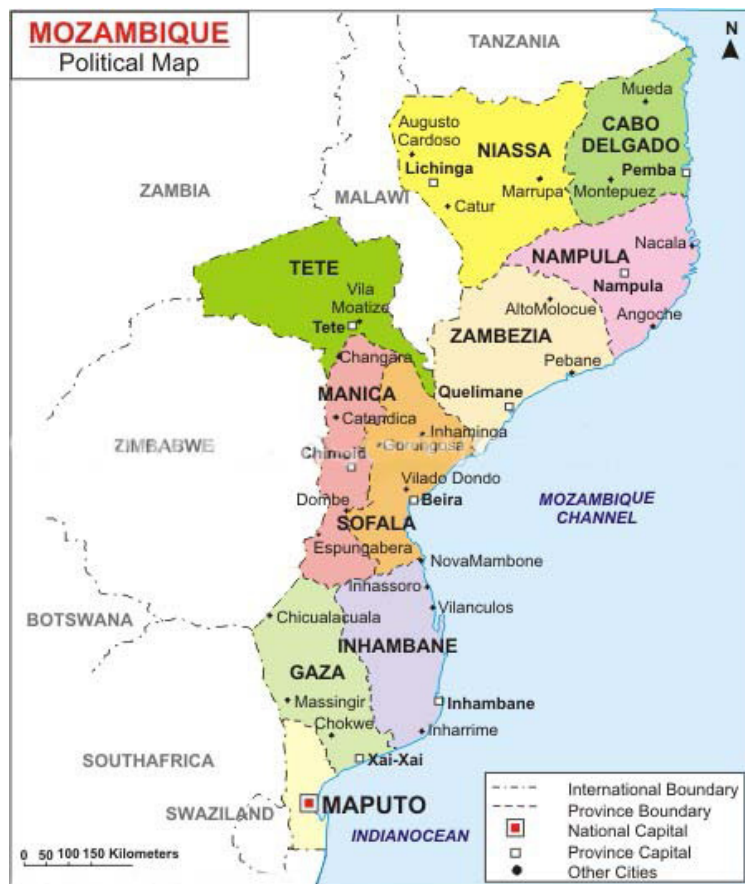


Figura 07 - Mapa Moçambique
Fonte: http://focusafrica.gov.in/Country_at_glance_Mozambique.html

Tete: contexto político, sócio-espacial e econômico

A cidade de Tete é a capital da Província de nome homônimo da região central de Moçambique. Localiza-se a cerca de 1570 km ao norte da cidade de Maputo capital de Moçambique. A Província de Tete tem uma área de 98.417 km². Está politicamente dividida em 3 municípios – Moatize, Tete e Ulongué – os quais se subdividem em 12 distritos. O censo de 2010 registrou uma população total para a Província de Tete de 2.137.700 habitantes, sendo que desse total 86,4% é rural e 13,6% é urbano. A Província é banhada pelo rio Zambeze, no qual se encontra a barragem de Cahora Bassa, uma das maiores do continente africano. A figura 07, a seguir, mostra o território de Moçambique e a localização da Província e da Cidade de Tete no espaço territorial moçambicano.

Em termos de origens históricas a cidade de Tete era um centro comercial sauíle quando foi estabelecido o domínio Português, em Moçambique, em 1530. Posteriormente, em 1763, passou à categoria de vila e conselho e, muito mais tarde, em 1959, a categoria de cidade. A partir da colonização europeia, as cidades africanas passam a espessar no espaço urbano os efeitos da penetração na estrutura social pré-existente da estrutura social da sociedade colonial dominante. Em Moçambique o processo de urbanização colonial começou com feiras comerciais que foram estabelecidas ao longo do litoral, cujos espaços, gradativamente, deram origem a vilas e cidades. No interior a urbanização se fez



a partir de pequenos entrepostos comerciais existentes ou que foram criados, cujo reduzido desenvolvimento decorreu do pequeno fluxo de transportes. Desse modo, de acordo Baia:

A atual capital do país, a cidade de Maputo (antiga Lourenço Marques), desenvolveu-se em função do porto; terminal da ferrovia de Transvaal (África do Sul), a cidade de Beira (segunda maior cidade do país) está inserida no espaço concedido à Companhia Trans-Zambézia, que servia de terminal da Ferroviária Trans-Zambézia e estabelecia a ligação entre o Zimbabwe e o Malawi com o mar. As restantes cidades desenvolveram-se a partir das necessidades das companhias concessionárias estrangeiras (Tete e Quelimane) ou como centros administrativos nas áreas onde havia necessidade de impor a soberania portuguesa (Nampula e Lichinga – ex. Vila Cabral) (BAIA, 2011, p. 17).

No que concerne à estruturação das cidades coloniais, elas tinham como característica a clara delimitação do espaço-social urbano do colonizador e do colonizado, manifesto no traçado urbano entre a área de construções permanentes, chamada de cidade de cimento, e a de construções precárias, chamada de cidade negra, também denominada de cidade de caniço⁶. A lógica da negação do africano enquanto ser e sujeito pelo sistema colonial, então vigente, presidiu o processo de constituição dessas cidades. Com efeito, na cidade de cimento vivam os portugueses e europeus desfrutando uma qualidade de vida abastada. Nela também se localizava as atividades de comércio e serviços conectando

⁶ Tal denominação decorria do uso predominante de material vegetal na construção das casas.

a economia local à metrópole e aos circuitos do comércio internacional. Neste espaço era possível distinguir, ainda, setores diferenciados segundo a composição socioeconômica dos habitantes mais do que pelas características somáticas: quarteirões com melhores condições de salubridade e melhores vistas panorâmicas, habitados pela população que dispunha de alta renda e por isso apresentavam melhores condições de habitabilidade. À margem, em direção à periferia, localizavam-se as áreas habitadas por portugueses trabalhando no setor terciário médio e inferior, ao lado de chineses e por último os indianos que tinham contato direto com a cidade de caniço (Baia, 2011, p. 18). Por sua vez, a não cidade habitada pelos negros, era o oposto, na medida em que, a cidade de caniço:

... Ocupava uma vasta área dentro do espaço urbano: de ocupação espontânea, formada de precariedades e por construções tradicionais que refletiam a origem rural e a pobreza dos seus habitantes negros. Ainda nessa área distinguiam-se os lugares próximos da chamada cidade de cimento onde residiam os habitantes negros que faziam serviços domésticos para os portugueses, em habitações construídas com material relativamente durável (madeira e laminados de zinco); nos quarteirões mais periféricos, com densidades de ocupação do solo relativamente menores, predominava a habitação do tipo rural construída com materiais mais frágeis (caniço, laminado de zinco, etc.) onde viviam migrantes recentemente instalados (Mendes, 1989, apud BAIA, 2011, p. 18).

Esse sistema de organização sócio-espacial perduraria praticamente até as últimas décadas do século 20, quando Moçambique se tornaria independente do



domínio português. A independência de fato só veio a ocorrer em 25 de junho de 1975, depois de mais de 10 anos de luta armada entre as forças de guerrilha da FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique e as Forças Armadas de Portugal⁷.

O período logo após a independência foi marcado pela passagem de uma economia colonial sustentada pelas companhias de plantação de monoculturas para uma economia planificada pelo Estado socialista, então instaurado. Depois, a partir de 1983, em razão das múltiplas dificuldades internas e externas, o país retornou ao padrão capitalista, sob a égide do neoliberalismo econômico.

Vale lembrar que, na conjuntura das décadas de 70 e 80, os processos de globalização, inicialmente descritos, ganhavam força a partir das novas tecnologias de comunicação e informação configurando um novo padrão sócio-técnico, sob a égide do consenso neoliberal que então se instaurava. No mundo socialista tem início a transição das economias estatizadas para eco-

⁷ Na verdade, segundo Cruz e Silva, M.T (s.d.), “a reação à dominação colonial havia sido marcada por vários tipos de contestação, seja através da literatura, arte e greves de trabalhadores, movimentos esses que assumiram aspectos mais radicais com o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas em finais da década de 50 e inícios da década de 60. Nos anos 60, a FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique, fundada no exílio, inicia a luta armada de libertação nacional (1964), que só veio culminar 10 anos depois”. Cruz e Silva, M. T. (s.d.). Moçambique um Perfil. (Item 1.1) In: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html#p1-2>; <Acesso em 27/05/12>; Oficialmente, a guerra teve início a 25/09/1964, com um ataque ao posto administrativo do distrito de Chai, hoje Província de Cabo Delgado, e terminou com um cessar-fogo a 8/09/1974, que resultaria numa independência negociada em 1975. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_Independencia_de_Moçambique.

nomias capitalistas⁸. É neste cenário, que Moçambique, nos anos 70, libertava-se da dominação portuguesa de quase quatro séculos e meio (1530 a 1975). Após uma breve e instável passagem pela ordem socioeconômica e política socialista, retornou sob novas bases à ordem capitalista, em 1983. Desnecessário frisar que grandes distâncias, em termos de capacidades infraestruturais, socioeconômicas, educacionais, tecnológicas e de poder político separam Moçambique e, portanto, as cidades moçambicanas daquelas do mundo capitalista ocidental, em especial aquelas das economias industriais avançadas. Sobre estes aspectos a análise de Cruz e Silva (s.d.) evidencia a magnitude das diferenças que separam a trajetória de desenvolvimento de Moçambique das demais trajetórias das cidades das economias avançadas ocidentais.

A economia colonial sobreviveu durante muitos anos na base de uma dependência de dois sistemas, o trabalho migratório e o trabalho e agricultura coercivos, mesmo depois da abolição formal das culturas e do trabalho forçado. O colonialismo português introduziu mecanismos impeditivos do crescimento de uma burguesia negra, agrícola ou comercial. Assim, embora houvesse uma diferenciação de classe e até mesmo alguns 'koulaks' e pequenos comerciantes, o sistema de produção agrícola e industrial manteve-se nas mãos da burguesia portuguesa (CRUZ E SOUZA, s.d. Item 1.1).

⁸ Sobre a conjuntura dos anos de 1970 e 1980 e as profundas mudanças ocorridas na ordem política e econômica mundial existe uma ampla e variada literatura sobre os mais distintos aspectos desses processos. Para análises mais gerais ver, entre outros: HOBBSAWM, 1995; ANDERSON, 1995; CASTELLS, 2003; SANTOS, 2001, 2002.



Ademais, após a independência uma conjuntura crítica tanto no plano externo como no plano interno conduziria Moçambique a uma situação de graves crises econômicas e de instabilidade política. Esta última decorrente da guerra civil que se instaurou logo após a independência, em virtude do alinhamento de Moçambique aos países do Leste Europeu e adesão ao processo de sanções contra a Rodésia (atual Zimbábwe). Tal posicionamento abriu caminho para uma situação de hostilidades, que conduziria a formação do Movimento de Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), apoiado pela Rodésia, África do Sul e Estados Unidos da América. Este, em 1977, insurge contra a FRELIMO a partir das províncias de Manica e Sofala. Posteriormente, com o apoio militar sulafricano, a RENAMO expandiu seu exército (de menos de 1000 soldados, em 1980, para 8000, em 1982) permitindo, assim, que suas operações militares se expandissem rapidamente por todo o país. Na verdade, a componente externa de apoio a guerra reflete apenas um aspecto das razões que levaram a sua manutenção até os anos de 1990; o outro decorre das políticas econômicas e estratégias utilizadas pela FRELIMO em resposta à crise econômica interna, cujo modelo de ação provocou grande distanciamento entre o governo e a população, criando um descontentamento que ajudou a alimentar o conflito armado (LOURENÇO, 2009; CRUZ E SILVA, s.d., item 1.3, COELHO, 2010, RIBEIRO, 2000).

Diante de pressões políticas no campo interno e externo, necessidade de receber ajuda alimentar para superar a crise econômica, consequências da guerra e

das calamidades naturais a FRELIMO foi levada a redefinir a sua política externa e interna. Desse modo, em 1985 iniciou-se o processo de transição à economia de mercado. Posteriormente, em 1987, o governo moçambicano lançou o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), com medidas de ajustamento estrutural e reformas econômicas⁹, sob orientação do Banco Mundial e comunidade financeira ocidental. Este programa constituiu-se de um pacote de medidas que envolvem o livre comércio, a desregulamentação e a privatização, além de induzir o governo a cortar seu orçamento nos sectores sociais e introduzir mudanças nas políticas de saúde e educação, onde foi estabelecido um sistema que atribui acesso com base no rendimento (Idem, Ibidem).

Em suma, Moçambique, nas últimas décadas do século findo, apresentava-se envolvido numa situação de crises, transformações e recomposições. Neste cenário de grandes fragilidades econômicas e institucionais instauraram-se novos ritmos e lógicas de desenvolvimento capitalista. Não mais a partir de um país, cuja dominação e exploração são claramente visualizadas, portanto possível, no contexto atual de regime democrático de arregimentar forças de apoio para contestação a ordem vigente. Os processos de dominação e exploração agora, focados também na extração das riquezas naturais além da exploração agrícola, se efetuam de forma sutil. Sob a égide da democracia liberal, em que sujeitos e atores extremamente desiguais, em

9 A maioria dos países ocidentais, sobretudo aqueles endividados com empréstimos externos realizados via Banco Mundial e Agências Multilaterais de crédito, foram pressionados a realizar "ajustes estruturais" como forma de reequilibrar os pagamentos e os serviços das dívidas contraídas, nos 80 e 90.



termos de acesso aos recursos de toda ordem, em especial os mecanismos de informação e conhecimento, são tratados como se detivessem o mesmo *background* das sociedades dos países avançados para realizar as mudanças econômicas denominadas de “ajustes estruturais” visando atingir o “desenvolvimento” segundo os padrões ditados pelas referidas agências de ajuda externa (Banco Mundial e organizações de crédito).

Análises da execução do referido Programa de Reabilitação Econômica (PRE), realizada em meados da década de 1990, evidenciam a natureza dos descompassos gerados pelas mudanças e, sobretudo, os pressupostos que acompanham a ideia de desenvolvimento. Apesar do discurso de geração de riquezas e sustentabilidade social, que normalmente acompanham esses programas, seu substrato maior está na criação de condições para valorização e rentabilidade de investimentos do que na melhoria dos padrões de qualidade de vida e justiça social da população moçambicana¹⁰.

Enfim, feito este breve parêntesis sobre as principais características das estruturas econômicas e sociais de Moçambique, retomemos a discussão em torno do atual processo de urbanização da cidade de Tete. Desse prisma, um dado que chama atenção em Tete é o rápido processo de crescimento populacional, em relação às demais Províncias de Moçambique, a qual no intervalo entre 1997 e 2007, cresceu 42%¹¹. Tal crescimento parece estar estreitamente ligado às medidas de abertura

10 Para as Reformas realizadas e seus efeitos ver: Marchand (1995)

11 Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique. <http://www.ine.gov.mz/Links.aspx> <http://196.22.54.18/populacao/indicadores/>

da economia nacional e de criação de incentivos fiscais para o investimento estrangeiro direto, realizadas com as mudanças ensejadas pelas reformas econômicas. Isto porque, face às facilidades criadas, grandes corporações multinacionais, em especial aquelas ligadas à exploração de recursos naturais e ao agronegócio, encontraram em Moçambique um território mais do que promissor para expansão de suas atividades. Além da abundância de recursos *in natura* o País oferece incentivos fiscais aos investidores. Desse modo, a Província de Tete, detentora de grandes jazidas de carvão, rapidamente se tornou um local, no cenário global, altamente atrativo e valorizado para os negócios do mercado de *commodities*.

Com efeito, duas grandes corporações multinacionais passaram a investir na exploração do carvão localizado na Província de Tete: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹², ou Vale S/A, de origem brasileira, e a Riversdale Mining Ltda., de origem australiana. A Vale S/A obteve concessão para explorar as minas de Moatize, em Tete, por meio de concurso público internacional, lançado pelo Governo, em 2004. Posteriormente, em 2007, o Governo assinou com a empresa um contrato

12 Constituída em 1942, no contexto adverso da 2ª Guerra Mundial, a Vale do Rio Doce hoje é a segunda maior mineradora diversificada do mundo e a maior empresa privada na América Latina, com capitalização de mercado de aproximadamente US\$ 140 bilhões, e cerca de 500.000 acionistas em todos os continentes. Suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo (Bovespa), Nova York (NYSE), Madrid (LATIBEX), Paris (NYSE-EURONEXT) e Hong Kong (HKEx). Possui operações e empreendimentos em cinco continentes, sendo que sua sede e principais operações estão localizadas no Brasil. Cf. <http://www.vale.com.br/pt-br/investidores/acoes-e-titulos-da-divida/listagem-em-bolsa-de-valores/paginas/default.aspx>



para a exploração do carvão de Moatize e instalação de uma central térmica¹³. O valor total do empreendimento é de USD 1,535 (um milhão e quinhentos e trinta e cinco mil dólares). Em termos de produção anual, deverá atingir 11 milhões de toneladas de carvão entre o metalúrgico e o térmico (Mosca e Selemane, 2011, p. 19-20).

No que concerne aos incentivos fiscais e facilidades para a realização do investimento a Vale S/A, assim como outras multinacionais que estão operando em Moçambique, usufruem de um regime fiscal bastante benevolente¹⁴. Por sua vez, a Riversdale Mining Ltda. está operando em Moçambique desde 2007. Em termos de montante a ser investido está previsto a cifra de USD 2.850 (dois bilhões e oitocentos e cinquenta milhões de dólares) (Idem, p. 21-22). No que concerne aos aspectos fiscais a empresa assinou contrato de mineração com o Governo de Moçambique após as alterações legais ocorridas em 2007, por isso não tem os mesmos

13 Para executar o projeto a Vale criou a subsidiária Vale Moçambique, cuja estrutura acionária é: 85% pertencem a Vale holding, 5% ao Estado Moçambicano e 10% a investidores nacionais

14 No caso da Vale S/A seus benefícios incluem redução de 15% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) que recai sobre a mina durante os primeiros 10 anos (quer dizer entre 2011 a 2021), redução para 5% para a central de energia térmica, que também faz parte do projeto, e redução da SISA em 50%, na aquisição de imóveis. Está isenta de SISA na transmissão de propriedades do Estado, Taxa Liberatória, Imposições Aduaneiras, Imposto de Selo, Imposto de Consumo Específico (ICE), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), isenção do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) aos expatriados, na fase de construção, e redução em 40% ou isenção nos primeiros 5 anos de operação. Fazem ainda parte dos benefícios concedidos à Vale o livre repatriamento de lucros e dividendos, até 100% e sujeita-se a pagar a parca quantia de 3% sobre o rendimento líquido trimestral da mina (Mosca e Selemane, 2011, p. 20-21).

benefícios fiscais de sua concorrente Vale Moçambique. Mesmo assim, ela obteve algumas isenções importantes como os direitos aduaneiros. Por sua vez, obrigava-se a pagar ao Estado 32% de IRPC, 3% de imposto de produção (incidente sobre o volume de vendas) e o imposto de superfície, decorrente das áreas das licenças (Idem, p. 21-23).

Por outro lado, ambas Vale S/A e Riversdale Ltda. assumiram o compromisso de reassentar as populações que residem nos espaços territoriais onde as minas de carvão se localizam. No território concedido para a Vale residiam 1.313 famílias, compondo um total de 5 mil pessoas. Estas famílias foram reassentadas em dois locais diferentes, com base na separação entre rurais e urbanas, feita pela empresa. Desse modo 717 famílias, consideradas rurais, foram reassentadas na localidade de Cateme, a 40 km de Tete, e 596, consideradas urbanas foram reassentadas no Bairro 25 de Setembro, na Vila de Moatize, entre novembro/2009 e Abril/2010. No espaço territorial concedido a Riversdale residem 588 famílias. A empresa pretende reassentá-las na localidade de Mwaladzi, a qual se localiza a 4Km de Cateme e a 44Km da cidade de Tete. Desse total, 71 famílias já foram transferidas da localidade de Benga para Mwaladzi (Mosca e Selemane, 2011, p. 20-23).

Os conflitos e tensões entre as famílias reassentadas e as empresas tem sido numerosos, em especial com a Vale Moçambique S/A. A maioria desses conflitos tem a ver com os procedimentos por meio do qual as transferências foram realizadas (tanto da empresa como do governo local), o local de destino, a qualidade



precária das habitações construídas, ausência de infraestrutura, entre outros aspectos que compõem um quadro geral de insatisfações das populações atingidas¹⁵. As fotos a seguir evidenciam o tipo de habitações construídas pelas empresas para reassentar as famílias e as áreas destinadas à agricultura.

Os conflitos e tensões mencionados refletem apenas uma faceta muito pequena, sem deixar de ser extremamente relevante, pelo que revela sobre distintos pressupostos e concepções de desenvolvimento, muitas vezes não explicitados, na relação entre empresas investidoras, governo (nacional e local) e os diversos atores que compõem a sociedade civil moçambicana. A natureza dos descompassos resultante das assimetrias na relação de governança entre as corporações multinacionais e o Estado/sociedade civil, por um lado, e do próprio Governo, nas suas dimensões nacional/local e sociedade civil, por outro, é um dado importante para o entendimento da equação gestada na configuração desse cenário de tensões. As margens de manobra de grande parte dos atores da sociedade civil, em especial, aqueles que advogam a favor dos segmentos mais fragilizados tendem a ser muito pequenas.

Como sublinhado, no item 3.1 acima, a resultante dos grandes investimentos da Cia. Vale do Rio Doce e empresas congêneres, no ES e leste de Minas Gerais, produziu como efeito desestruturação da ordem socioeconômica preexistente em 1960, e sua reestruturação e

¹⁵ Sobre os conflitos em torno dos processos de reassentamento da Vale ver: Saleme & Mosca, 2011 http://www.cip.org.mz/cipdoc/50_Questoes_a_volta_da_mineracao_em_Moçambique_TS_CIP_2010.pdf; MOZAMBIQUE 193 - News reports & clippings - 31 January 2012;



Figura 08 – Reassentamento de Mwaladzi (a 44 km da cidade de Tete) (Selemane & Mosca, 2011, p. 35 e 38.)



Figura 09 – Terra oferecida aos reassentados de Cateme para agricultura



reordenamento sócio-espacial em novas bases. No ES o que se observou foi que a mudança radical da trajetória e dinâmica da economia capixaba se fez com poucos ganhadores e muitos perdedores. Além de gerar uma alta concentração da propriedade da terra no campo e um padrão de reestruturação urbana extremamente desigual, muito pouco contribuiu com o fisco, para que o poder público pudesse investir em infraestruturas urbanas e de serviços, e assim atender minimamente as demandas exponencialmente criadas, em curto espaço de tempo.

No caso dos empreendimentos, em curso, em Moçambique, mais especificamente na Província de Tete e sua capital, os impactos já visualizados no curtíssimo espaço de tempo das operações projetos de exploração do carvão (2007-2011), sinalizam que Tete tende a seguir percurso idêntico aquele verificado no ES, quatro décadas atrás¹⁶.

Do ponto de vista do crescimento populacional os dados censitários revelam que na Província de Tete estão ocorrendo mudanças substanciais na dinâmica populacional. A figura 11, mostra que está ocorrendo uma intensa migração para a Província, posto que, no intervalo entre 1980 e 1997, ocorreu um crescimento da ordem de 57%, em 17 anos; no período subsequente de 1997 a 2007, o crescimento observado foi de 47%, em 10 anos; e no período de 2007 a 2011, esse crescimento representou 18%, em apenas 4 anos. Além dis-

16 Para análise circunstanciada dos impactos econômicos e sociais já causados em Tete-Moçambique, Ver: Selemene & Mosca. *El dorado* Tete: os mega projectos de mineração. Centro de Integridade Pública, Maputo, 2011.

so, fica evidente a mudança de direção dos fluxos migratórios a partir de 2007. Desse modo, se nos últimos 30 anos (1980 a 2011) a Província de Tete comparece em quarto lugar no ranking do crescimento populacional de Moçambique, nos últimos quatro anos (2007/2011), ao lado da Província de Maputo, passou a ocupar o primeiro lugar.

Do ponto de vista dos impactos na espacialidade urbana, seja no que concerne à demanda por ampliação da infraestrutura básica e de serviços, portanto sobre a capacidade do poder público para prover sistemas de saneamento básico, sistema viário e de transportes, pavimentação urbana, regulação da ocupação do solo urbano, etc.; seja no que concerne ao aumento da demanda por serviços de educação, saúde e vigilância sanitária, segurança pública, para mencionar apenas alguns, as tendências indicam que as pressões sobre a cidade de Tete já são bastante elevadas. Sobretudo, se considerarmos as características pretéritas do processo de urbanização ocorrido.

No quadro de forte crescimento das demandas tanto no setor público como no setor privado, o que se pode visualizar é um cenário de intensificação das carências urbanas, ao lado de uma alta significativa do custo de vida. Repetindo, em outras condições e em outro tempo, a trajetória do processo ocorrido na Região Metropolitana de Vitória-ES, nas últimas décadas do século findo, a Província de Tete e sua população nativa parecem estar em condições tão ou mais adversas quanto àquela vivenciada pela população do estado do Espírito Santo, outrora.



Tabela 2: Moçambique População por Província e Percentual no Total do País
 Anos: 1980, 2007 e 2011

Províncias	1980	%	2007	%	2011	%	1980/ 2011	2007/ 2011
Niassa	507.816	4%	1.213.398	6%	1.415.157	6%	179%	17%
Cabo Delgado	900.704	8%	1.634.162	8%	1.764.194	8%	96%	8%
Nampula	2.241.745	19%	4.084.656	20%	4.529.803	20%	102%	11%
Zambézia	2.418.851	21%	3.890.453	19%	4.327.163	19%	79%	11%
Tete	780.081	7%	1.807.485	9%	2.137.700	9%	174%	18%
Manica	587.345	5%	1.438.386	7%	1.672.038	7%	185%	16%
Sofala	990.732	8%	1.685.663	8%	1.857.611	8%	87%	10%
Inhambane	1.023.879	9%	1.304.820	6%	1.402.245	6%	37%	7%
Gaza	982.603	8%	1.236.284	6%	1.320.970	6%	34%	7%
Província Maputo	500.892	4%	1.225.489	6%	1.444.624	6%	188%	18%
Cidade Maputo	739.077	6%	1.111.638	5%	1.178.116	5%	59%	6%
Total País	11.673.725	100%	20.632.434	100%	23.049.621	100%	97%	12%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique.

<http://www.ine.gov.mz/Links.aspx> <http://196.22.54.18/populacao/indicadores/>



Do ponto de vista dos impactos mais gerais causados, tanto no meio ambiental como para as populações da capital de Tete e adjacências, as tendências, indicam que serão no mínimo proporcionais à magnitude dos empreendimentos, em curso. Tendo em vista que os efeitos tendem a ser concentrados no tempo, agravam-se, sobremaneira, as disparidades e os contrastes entre as possibilidades dos distintos atores que interagem neste contexto. A miragem de um *eldorado* num futuro próximo, vista como possibilidade ao alcance das mãos, para grande parte da população de migrantes das regiões vizinhas, em busca de oportunidades de trabalho e renda, poderá resultar em adversidades e desigualdades aprofundadas, para essas populações. Tudo está indicando que a inserção dessas famílias nos novos circuitos econômicos do País será marginal e subalterna, sobretudo, se considerar o déficit de formação e qualificação profissional da maioria dos habitantes, o que não possibilita melhores oportunidades de inclusão.

No que se refere à educação, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, a carência em Moçambique é bastante elevada¹⁷. Em 1997, a taxa de analfabetismo era de 60,5%, sendo que na área rural esse índice atingia 72,2%. Os dados de 2007 mostram uma relativa melhora desse indicador, pois a taxa total de analfabetismo caiu para 50,3. Considerando os dados referentes aos níveis mais elevados de ensino, verifica-se que esses indicadores são preocupantes, em termos de maiores possibilidades de

acessibilidade ao mercado de trabalho induzido pelos grandes investimentos. Em 2007, a taxa daqueles que tinham o ensino secundário do primeiro ciclo correspondia a 41,6%, e os com ensino secundário do segundo ciclo correspondia a 18,2%, enquanto que aqueles que tinham ensino superior representavam apenas 2,3% do total da população de Moçambique. Para a Província de Tete os indicadores são ainda menores. Em 2007 essas taxas eram as seguintes: analfabetismo total 56,2%; ensino secundário do primeiro ciclo 28,7%; ensino secundário do segundo ciclo 11,8%; e ensino superior 0,3%. Em síntese, esses dados ao lado dos demais relativos à habitação (85,8% do total das habitações, em 1997, eram palhotas), água canalizada e energia elétrica (em 2007 apenas 10% do total das habitações possuíam energia elétrica) compõem a magnitude do cenário de carências e privações da população de Moçambique.

Neste cenário, marcado por imensas dívidas sociais acumuladas por quase cinco séculos, é preciso mais do que questionar os pressupostos do desenvolvimento econômico em curso, em termos gerais, é preciso ir além para decifrar a forma como conceitos, ideias e modelos de gestão e de organização das atividades produtivas transportados pelas empresas multinacionais e Agências de Ajuda Externa, são incorporados e ajustados na dinâmica das relações sociais produzidas nesse encontro entre nativos e estrangeiros, recompondo em outros termos a dominação e exploração externa.

17 Dados extraídos do INE - Portal - INDICADORES BÁSICOS, MOÇAMBIQUE. <http://196.22.54.18/populacao/indicadores/Document.2010-10-28.7>



Considerações Finais

No cenário contemporâneo marcado pelos processos de transformações espaciais e técnicas da economia globalizada, grande assimetrias em termos de desenvolvimento sócio-organizacional, técnico-científico-informacional e de reestruturação urbana comparecem agravando as condições de subalternidade e fragilidade de muitos países, sobretudo daqueles marcados pela situação de colonialidade. A maioria desses países, localizados no eixo Sul-Sul (América Latina e África), inclui-se na categoria dos deserdados.

Ademais, a perspectiva do desenvolvimento, para além da ideia de crescimento econômico, vista como um processo gerador de efeitos sinérgicos capazes de induzir mudanças sociais positivas que propiciem aumento da qualidade de vida e justiça social para o conjunto da população (Souza, 2010), requer muito mais do que investimentos visando produzir riquezas e bens de consumo. Na verdade, exige outro olhar e outra perspectiva. Ou seja, requer uma perspectiva crítica que coloque no centro do palco os termos e as condições que viabiliza a emergência destes países como protagonistas dos circuitos contemporâneos de valorização do capital.

A reflexão sobre os casos de Vitória-ES-Brasil e Tete-Moçambique-África mostrou a lógica excludente e segregacionista, resultante dos efeitos perversos causados por grandes investimentos concentrados no tempo e no espaço, em regiões marcadas pelas ausências e subordinações que as definiram, no passado, como lugares não importantes para os circuitos de expansão e valorização do capital. No entanto, no limiar do século 21, por possuírem riquezas naturais ou atributos

construídos (Baumann, 1996, p.45) esses espaços até então invisíveis, passam a ser inseridos na lógica das relações das economias avançadas. Todavia, não tendo feito parte dos movimentos anteriores que construíram as condições de supremacia das economias industriais avançadas, o processo de inclusão desses espaços se faz, normalmente, acentuando o estoque de desigualdades já acumuladas ao longo do tempo.

Nesse sentido, a reflexão buscou mostrar a magnitude dos impactos no âmbito sócio-espacial local resultante da inserção dos mesmos como receptores de grandes investimentos. Especificamente, como os descompassos de ritmo, resultantes de percepções muito distintas de tempo e espaço, se manifestaram na configuração da cidade, assim como o aumento da demanda por espaço construído, refletiu distintas possibilidades para o conjunto dos atores que interagiram nessa disputa.

No caso de Vitória-ES, na medida em que a ênfase foi colocada na construção de infraestruturas para viabilizar os empreendimentos do ponto de vista econômico, além das assimetrias já existentes, instauram-se defasagens de ritmo entre as mudanças ocorridas nas dimensões econômica, social e político cultural. O efeito mais imediato se refletiu no agravamento das desigualdades de oportunidades para grande parte da população e diversos conflitos e tensões no acesso ao espaço urbano, cuja resultante se expressou na paisagem dividida e segregada da Região Metropolitana de Vitória-ES. Olhando hoje para Tete, confrontando as tendências já desenhadas pelos grandes investimentos para explorar as minas de carvão, com aquelas vivenciadas por Vitória-ES, tudo está a indicar que a lógica que presidiu as estratégias de ação dos investidores no passado recente



não se modificou muito.

Os artefatos tecnológicos, as práticas e procedimentos que vão junto com os investimentos se sobrepõem a lógica da vida e das relações presentes nos espaços de influência direta dos mesmos, redefinindo e redesenhando o ritmo e a direção dos rumos do processo de mudanças econômicas e social no espaço local dessas ações. Dada a magnitude das assimetrias existentes entre investidores e a população local, por um lado, e a lógica que preside tais processos, em que o retorno do investimento aparece em primeiro lugar, por outro, existe pouca margem de manobra para que os menos afortunados - constituídos por grande parte da população - possam obter benefícios que propiciem condições para mudança social positiva em termos de melhoria da qualidade de vida.

Tendo como espelho a experiência de Vitória-ES, é possível indagar sobre as chances que os moçambicanos dispõem para agir no sentido de evitar, ou minimizar, os impactos perversos que derivam desses processos induzidos por grandes investimentos externos. Pensando com Milton Santos (1997) ações proativas da sociedade civil e do Estado de Moçambique poderiam ser feitas, no sentido de mudar os rumos das tendências verificadas. Entre essas ações de fundamental importância estaria a possibilidade de renegociação dos contratos com as empresas multinacionais visando reter parte maior da riqueza produzida na exploração das jazidas nacionais de carvão.

Considerando, entretanto, que se trata de negociações marcadas por assimetrias de poder, a possibilida-

de de obtenção de maior margem de negociação, implica certamente na necessidade de apoio dos movimentos sociais contra-hegemônicos nacionais e internacionais, visando constituir uma coalizão proativa visando renegociar os termos da histórica relação de subalternidade dos países africanos¹⁸ no cenário da expansão capitalista. Em pauta esta a discussão sobre os termos e os pressupostos que presidem as concepções de desenvolvimento transportadas pelos empreendedores externos, muitas vezes não explicitadas. Desenvolvimento para quem? Em que condições?...

Trata-se por certo de embates travados no âmbito de grandes descompassos resultantes das assimetrias de poder e de recursos na relação de governança entre as corporações multinacionais o Estado e a sociedade civil moçambicanos, de um lado; e a forma como o governo - no âmbito nacional e local - veicula e dimensiona expectativas em torno da ideia de desenvolvimento que, no médio e longo prazos, resultaria em benefícios para sociedade moçambicana como um todo, de outro.

Em suma, conquistar espaço de manobra capaz de colocar em pauta renegociações dos investimentos externos diretos que implique em maiores ganhos para o País, e desse modo conduza a processos de mudança social positiva (SOUZA, 2010) para a população do país como um todo, parece ser o desafio que se coloca na agenda política de Moçambique, assim como na dos demais países africanos em situação semelhante.

18 A maioria dos países africanos tornou-se atrativa para realização de investimentos, pois representam a nova fronteira de expansão na busca de matérias primas (recursos naturais e agronegócio).



Referências Bibliográficas

- BAIA, A.H. M. **Os meandros da urbanização em Moçambique**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, 2011, p. 3-30.
- BANCK, G. Caçar com gato. Escassez de recursos e relações sociais no Espírito Santo. Traduzido do original holandês de 1977 por Karel Van Den Bergen. Edição revista e editada pelo autor. 2011. (Título original: **Jagen met een kat. Schaarse middelen en sociale relaties in de Braziliaanse deelstaat Espírito Santo**. Amsterdam: CEDLA. 1977. CEDLA Incidentele Publicaties 9. 198 p.). Acesso em 27/05/2012 de <http://www.estacaocapixaba.com.br/wp-content/uploads/2011/12/Tese-de-Geert-Banck.pdf>
- CAMPOS Jr., C. T. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Florecultura, 2002.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V.1. Tradução Roneide Venâncio Majer. 7ª. Edição revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- COELHO, J.P.B. **O Olho de Hertzog**. Alfragide/Portugal: Leya S/A, 2010.
- DOIMO, A. M. & BANCK, G. **Entre a utopia e a estratégia: um estudo de caso de um movimento social urbano**, Vitória: Cultural - ES, 1989.
- DOIMO, A. M. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 1993.
- HERKENHOFF, B. L. **O papel do líder comunitário**. Vitória: EDUFES, 1995
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. Cia. Das Letras: São Paulo, 1995.
- INSTITUTO Jones dos Santos Neves (IJSN). **Investimentos previstos para o Espírito Santo 2008-2013**. Vitória, ES, 2009.
- INSTITUTO Jones dos Santos Neves (IJSN). **Perfil Regional – Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória, 2008.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In LANDER, E. (Eds.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p.21-53. Acedido em 11 agosto, 2012, de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>
- LOURENÇO, V. A. **Moçambique: memórias sociais de ontem, dilemas políticos de hoje**. 2a. ed. GERPRESS: Lisboa, 2010.
- MOSCA, J.; SELEMANE T. **El dorado Tete: os mega projectos de mineração**. CIP- Centro de Integridade Pública: Maputo. 2011
- MOZAMBIQUE 193 - **News reports & clippings** – 31 January 2012.



- RIBEIRO, G.S.M. **As representações sociais dos moçambicanos**: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política. Instituto da Cooperação Portuguesa: Lisboa, 2000.
- ROCHA, H. C.; MORANDI, A. **Cafeicultura e Grande Indústria**: a transição no Espírito Santo 1955/1985. Vitória: FCAA, 1991.
- RÜCKERT, A. A., MUNGÓI, C. A., RAMBO, A. G. Reforma do estado e território: perspectivas de pesquisa em espaços periféricos à globalização no Brasil e em Moçambique. In: ALMEIDA, J. (Org.). **Política pública e desenvolvimento rural percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: UFRGS. Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural, 2009. E-book.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.
- SELEMANE, T. **Questões à volta da Mineração em Moçambique**. Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. Centro de Integridade Pública (CIP). Maputo, 2010
- SIDAWAY, J. D. **Mozambique: destabilization, state, society and space**. Political Geography. V.11. No.3, may 1992. P.239-258
- SOUZA, M. L. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial**. Território, n. 1, PP. 5-22.
- SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- WASELFISSZ, J. J. **Mapa da Violência 2011**. Os Jovens do Brasil. Brasília: Instituto Sangari / Ministério da Justiça / Governo Federal. 2011
- _____. **Mapa da Violência 2012**. Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. Brasília: Instituto Sangari. Ministério da Justiça. 2012.
- Fonte do autor. **Dilemas e perplexidades do Modelo**. In: VASCONCELLOS, J. G. (Org.). Memórias do Desenvolvimento. Vitória: Multiplicidade, 2004.
- ZORZAL E SILVA, M. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA / SPDC, 1995,
- ZORZAL E SILVA, M. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2004.
- ZORZAL E SILVA, M. **Trajетória político-institucional recente do Espírito Santo**. In. Instituto Jones dos Santos Neves (Org.). **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. IJSN: Vitória-ES, 2010, p. 29-66.



Site consultados:

<http://www.vale.com.br>

http://www.cip.org.mz/cipdoc/50_Questoes%20a%20volta%20da%20mineracao%20em%20Moçambique_TS_CIP_2010.pdf).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_Independencia_de_Moçambique

<http://www.ine.gov.mz/Links.aspx>

